



## **Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão**

### **Ficha de inscrição**

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: Luiz Norton Baptista de Mattos

Cargo: Juiz Federal

Órgão: TRF2

Cidade/UF: Rio de Janeiro

### **Síntese da prática**

Título: Gestão Processual Integrada

Categoria: I – “Boas práticas dos magistrados na Justiça Federal”

Com base na filosofia da GESTÃO PROCESSUAL INTEGRADA (GPI), metodologia premiada com II Inovare, em 2005, integrante das boas práticas do CNJ, reduziu-se o enorme acervo assumido com o ingresso da equipe na 7ª Vara Federal, em 2009.

Em maio de 2015, o Juiz Titular idealizador do método (convocado em 2010 para prestar auxílio à Desembargadora Lana Regueira no TRF2, e, novamente, em 2014, para atuar em processos de Metas do CNJ) retomou seu trabalho na 7ªVF.

No mesmo ano, vários gestores que compunham a equipe original foram convidados para desempenharem funções de chefia dentro da instituição e, ainda, em 16 de março, foi publicado o Novo CPC, que entraria em vigor em 2016.

O notório problema de ausência de recomposição dos vencimentos dos servidores causou uma desmotivação generalizada, sobretudo nos mais antigos, e passou a ser um desafio da gestão mantê-los motivados e atualizados para que a vara permanecesse produtiva e qualificada.

Com isso, os objetivos dos gestores eram **(1)**: a) novos, qualificados e motivados servidores e estagiários; b) o treinamento deles em tempo exíguo (diante da iminente entrada em vigor do NCPC e do retorno do magistrado); c) a



motivação dos servidores e o fortalecimento do vínculo entre os antigos e novos; d) a criação de mecanismos internos de valorização e qualificação dos servidores; e) a necessidade de aumento da produtividade, da qualidade das minutas e a integração da nova equipe com o magistrado.

As soluções e inovações encontradas e implantadas a partir de maio de 2015 **(1)** foram: a) novo sistema de ingresso de servidores na vara, que passou a

ocorrer por meio de prova de avaliação dos servidores externos, submetida ao magistrado, e uma rigorosa prova de seleção dos estagiários; b) treinamento interno, pelo magistrado, incluindo-se um novo manual de Direito Processual Civil para orientá-los quanto ao NCPC e às exigências técnicas do magistrado; c) e d) os responsáveis pelas matérias ficaram incumbidos de preparar aulas à equipe sobre sua matéria para multiplicar o conhecimento internamente e aumentar a interação entre os servidores, cujo início está previsto para o segundo semestre de 2016; dois servidores foram destacados para manterem a secretaria e o gabinete trabalhando de forma conjunta e valorizar a expediência dos servidores antigos; e) as minutas são minuciosamente examinadas e aprimoradas pelo Juiz Titular, e a produtividade aferida e controlada por relatórios, como ocorre em outros lugares, mas as aulas ministradas pelo magistrado, seu manual e as reuniões informais para estudo de casos concretos aumentaram a qualidade e a produtividade do trabalho **(2)**.

Outro objetivo **(1)** da gestão foi reduzir o acervo de Embargos à Execução e o descumprimento de determinações judiciais ou discordâncias contábeis entre as partes na fase de cumprimento de sentença. A solução foi criar um Núcleo de Execução **(2)**, composto por dois servidores e um estagiário, que passou a conduzir o processo desde o cumprimento de sentença até a entrega da tutela jurisdicional.

Os recursos e instrumentos utilizados foram próprios, não houve parceria com outra instituição ou entidade e foi totalmente gratuito **(3) (4) (5)**.

Não houve propagação da prática para outras unidades **(6)**.

A contribuição que a experiência narrada trouxe à justiça foi a constatação de que a motivação e a valorização dos recursos humanos da instituição aumenta, não somente a produtividade, mas a qualidade do serviço prestado. Também se constatou que a presença e a atualização constante do magistrado “contaminam” sua equipe e garantem os bons resultados de que tanto se fala **(7)**.